

PPGHI-UNIFAL/MG

A CARTA DE CIPRIANO: OBJETO DE APRENDIZAGEM

APRESENTADO POR PRISCILA MORAES



Sumário

Apresentação	3
Carta de Cipriano: Fonte histórica	4
Carta de Cipriano: Personagens	8
Carta de Cipriano: Temporalidade	12
Carta de Cipriano: Espacialidade	13
Carta de Cipriano: Ações	16
Carta de Cipriano: Motivações	17
Propostas de Atividades	18
Considerações Finais	20
Referência	24
	26



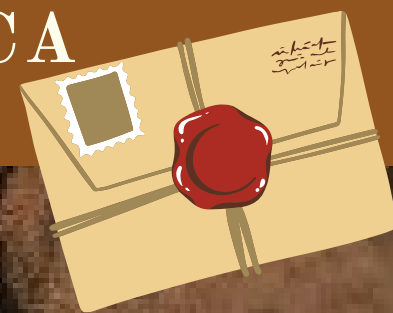
Apresentação



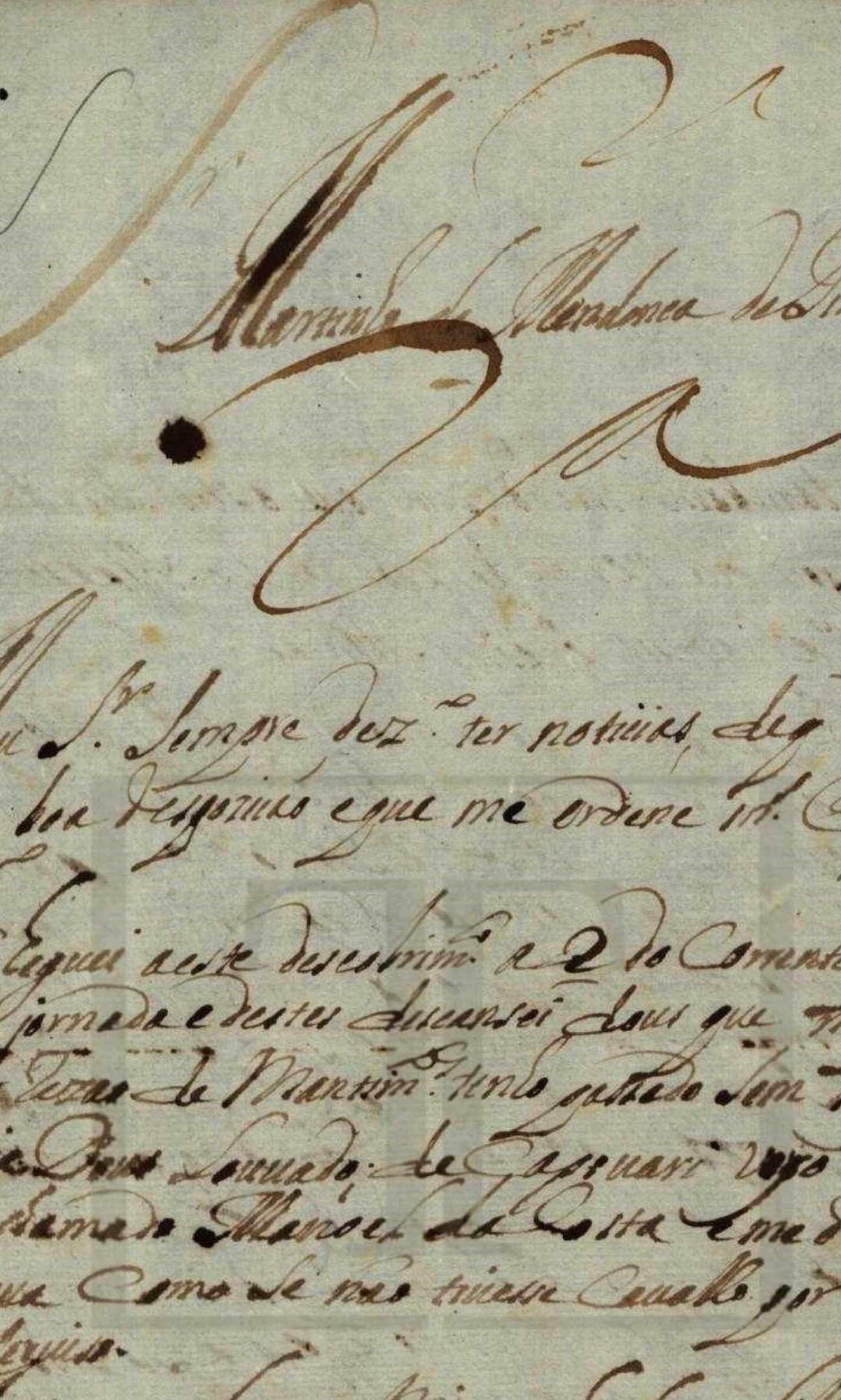
VOCÊ CONHECE A SUA HISTÓRIA E A DOS QUE O ANTECEDERAM?

O ano era 1737. Cipriano José da Rocha, um funcionário do rei D. João V, parte da vila de São João del Rei para uma missão na porção sul da Capitania de Minas. Uma região pouco explorada por oficiais, repleta de perigos e medo do desconhecido. Contudo, uma região já povoada por indígenas, africanos e europeus. Desses últimos, haviam notícias de serem paulistas, portugueses e também espanhóis. Viviam da exploração do ouro e muitas vezes não pagavam os impostos ao rei, aproveitando do isolamento em relação as outras regiões demarcadas e fiscalizadas pela metrópole portuguesa. Por esse motivo, e por estarem em terras pertencentes a Portugal desde o Tratado de Tordesilhas, era de interesse do rei saber mais detalhes do local e como viviam essas gentes que pouco se conhecia. A partir dessa real aventura descrita na carta de Cipriano, a estudante de mestrado e professora de História, Priscila Moraes, foi investigar o conteúdo dessas fontes primárias, com a finalidade de partilhar esse conhecimento de um momento importante de consolidação do nosso território como terras de Portugal, e portanto, um capítulo significativo da história do Brasil e de Portugal. Aprenderemos a seguir, um novo capítulo de nossa história sob o olhar da pesquisa histórica.

A CARTA DE CIPRIANO: FONTE HISTÓRICA

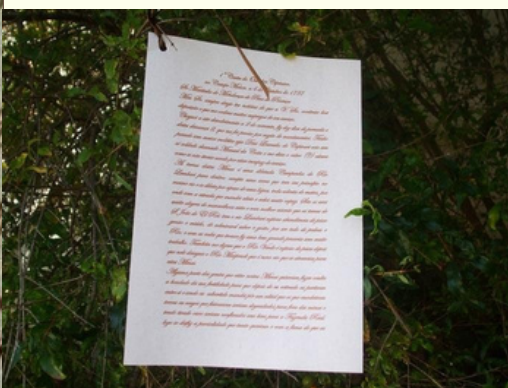


A carta de Cipriano, neste trabalho com fonte histórica, nos remete a reflexão trazida pelo historiador Jacques Le Goff, na obra História e Memória, em que ele assinalou que o documento não é inócuo e que na verdade ele é fruto de uma montagem consciente ou inconsciente na sociedade que os engendraram, inclusive do período posterior em que ele sobreviveu até mesmo nos lapsos de silêncio em que ele prosseguiu sendo manipulado. E cabe ao historiador desconstruir, esmiuçar esta montagem e analisar criteriosamente todas as variáveis de produção dos documentos monumentos.



A carta ou as cartas?

“Carta de Cipriano” é o nome pelo qual a fonte utilizada neste trabalho ficou conhecida. Embora seja um conjunto de cinco cartas oficiais redigidas pelo ouvidor Cipriano, o vocábulo “Carta” não se pluraliza e se mantém no singular. Isso se deve, porque as correspondências que se seguem à primeira Carta, tanto a segunda como a terceira e a quarta Cartas, dirigidas ao governador interino Martinho de Mendonça, como a quinta Carta, dirigida ao rei Dom João V, apresentam a mesma abordagem temática. Assim, todas as cinco Cartas escritas pelo Ouvidor Cipriano, em fins de 1737 e início de 1738, sobre a região que veio a ser denominada “Sul de Minas” são conhecidas, lidas e discutidas como “Carta de Cipriano”. E o trabalho em tela, optou por seguir essa tradição regional.



2

Figura 1: Carta escrita pelo ouvidor Cipriano, custodiada na Torre do Tombo.
Figura 2: Instalação artística da carta de Cipriano no Sul de Minas.
Figura 3: Marca da Torre do Tombo, arquivo português, responsável por preservar inúmeros documentos sobre a história de Portugal e do Brasil.

1

Você sabe a diferença entre carta oficial e ofício?

Segundo a historiadora Heloísa Bellotto,

carta

Carta: documento não diplomático, mas de desenho mais ou menos padronizado, informativo, ascendente, descendente, horizontal, conforme o caso. 1. Na administração colonial: correspondência enviada por autoridade subalterna/delegada ou súdito ao rei, diferindo do requerimento ou petição pela natureza do teor documental, já que estes últimos destinam-se a solicitar mercês, privilégios, ou direitos de existência consolidada, desde que preenchidos os requisitos necessários. Questões de caráter oficial ou particular que se desejasse expor ao rei, quaisquer que fossem os assuntos, desde que não de caráter peditório, eram-lhe dirigidas por meio de cartas.

Assim tem sido confundido com ofício correspondência entre as autoridades do reino (que não o rei) e as subalternas/delegadas em serviço no ultramar ou entre elas. (BELLOTTO, 2002, p.51).



AINDA EM BELLOTTO,

ofício



Ofício: documento não-diplomático, informativo. Meio de comunicação do serviço público. Forma padronizada de comunicação escrita entre subalternos e autoridades e entre os órgãos públicos entre si e os particulares, em caráter oficial. Entidades privadas não expedem ofícios, nas cartas. É pelo ofício que se mantém o intercâmbio de informações a respeito de assunto técnico ou administrativo, cujo teor tenha caráter exclusivamente institucional. Embora não seja um documento diplomático, o ofício tem sua redação mais ou menos padronizada. Suas partes componentes são: Protocolo inicial: título abreviado: of. Seguido da sigla do órgão expedidor e do número do ofício. Depois vêm as datas tópica e cronológica. Em seguida, a direção e o vocativo: Senhor. Por último, o texto propriamente dito, antecedendo o fecho de cortesia e a assinatura do emitente. (BELLOTTO, 2002, p.76)

A CARTA DE CIPRIANO: PERSONAGENS



VOCÊ SABIA?

Quem foi D.João V ?



Conforme sua biógrafa Maria Beatriz Nizza da Silva, na obra 'D. João V' (2006), ele recebeu o cognome de 'o Magnânimo', foi o quarto rei da dinastia dos Braganças, iniciada com a Restauração da Independência em 1640, que pôs termos à monarquia dualista, que uniu os Reinos de Espanha e Portugal, de 1580 a 1640, sob a mesma casa reinante. O longo reinado de D. João V, de 1706 a 1750, foi considerado bastante próspero para Portugal. O monarca herdou de seu pai, D. Pedro II, que o precedeu no trono, um reino que estava se recuperando da longa guerra travada com Espanha para assegurar a restauração da sua independência. Nizza da Silva (2006), a autora ressalta que foi o Brasil o principal foco de sua atenção no campo político, fora do Reino. Sendo três as suas principais linhas de ação: a definição e consolidação das fronteiras, o que exigiu permanente ação diplomática com a Espanha, muitas vezes acompanhada de períodos conflituosos; a organização administrativa do extenso território da América Portuguesa e, por fim, a proteção para a garantia da exclusividade na exploração dos recursos naturais, em especial do ouro e diamante.

Retrato de Dom João V, em óleo sobre tela, de autoria de Giorgio Domenico Duprà, 1717. Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, Portugal.

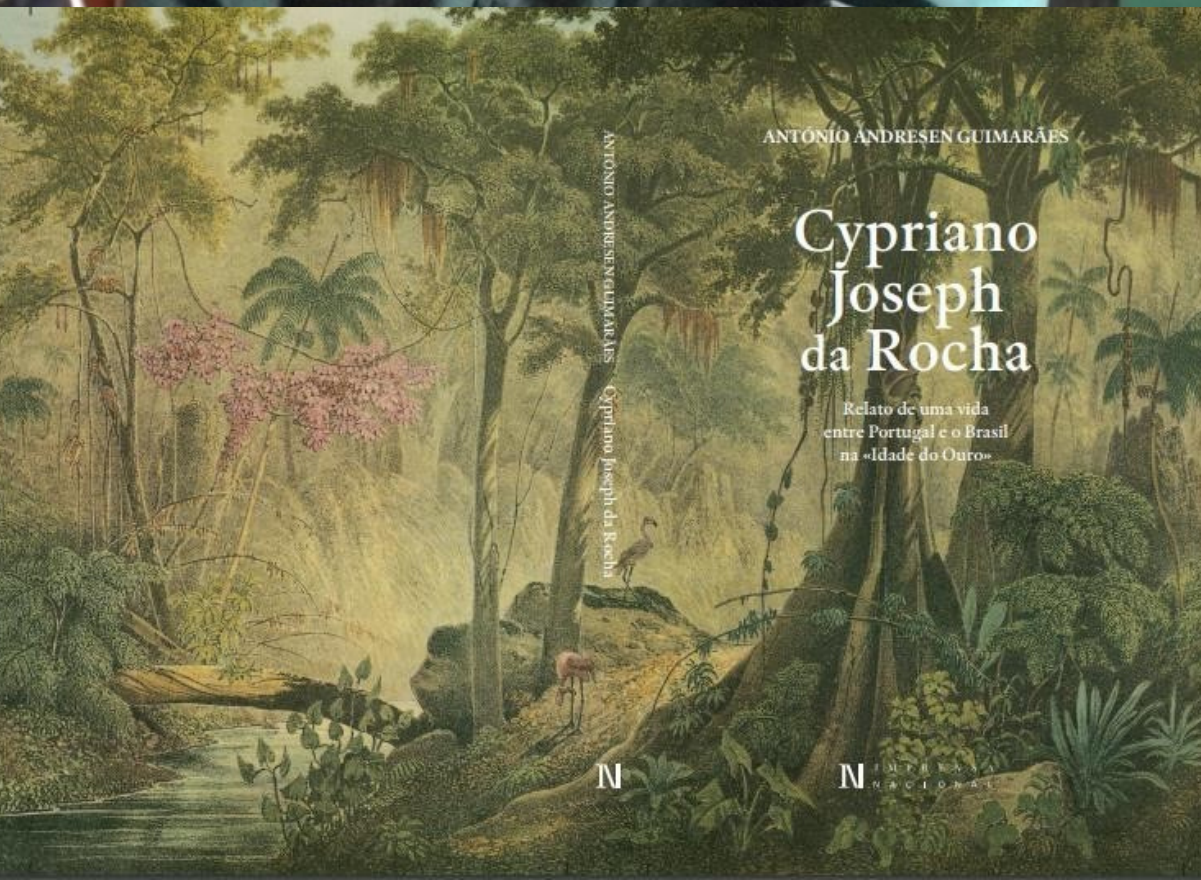
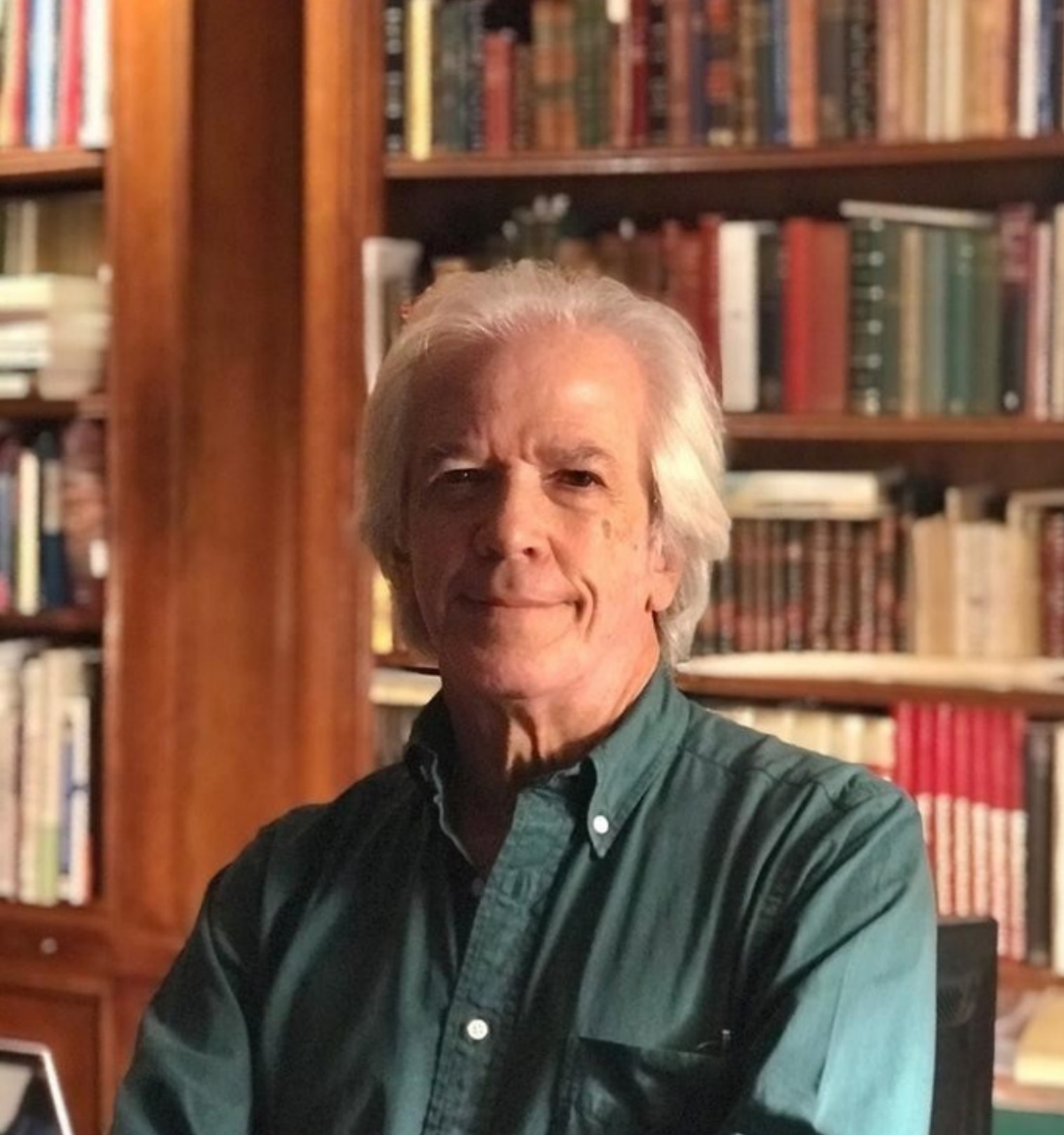
GOVERNADOR DA
CAPITANIA

Martinho de Mendonça

Martinho de Mendonça (1693-1743) segundo seu biógrafo, Luís Manuel Bernardo (2002), na obra 'O essencial sobre Martinho de Mendonça', ocupou diversos cargos junto da Corte Portuguesa, notadamente, a de encarregado pela Real Biblioteca além de ter desempenhado de modo exitoso sucessivas missões diplomáticas nas cortes europeias, antes de ter sido designado por D. João V para implantar no Brasil um novo sistema de arrecadação de impostos concebido por Alexandre de Gusmão sobre a extração aurífera. Em suma, sua missão, ao atravessar o Atlântico, era otimizar as iniciativas da Coroa, no tocante às práticas e métodos do controle governamental na América Portuguesa. Para levar a cabo a sua engenhosa tarefa, Martinho de Mendonça teve de recorrer aos ouvidores que, em cada comarca, conheciam bem o território, possuíam condições de empreender diligências, lidavam com os problemas da arrecadação do imposto.



Mapa da Capitania de Minas Gerais no século XVIII



OUVIDOR

Cipriano Jose da Rocha

De acordo com António Andresen Guimarães (2019), o biógrafo do ouvidor Cipriano, também seu hexaneto, autor do ensaio biográfico intitulado 'Cypriano Joseph da Rocha: Uma Vida entre Portugal e Brasil na Idade do Ouro', ele foi um desses ouvidores que se incumbiu de averiguar minuciosamente as riquezas e o potencial das terras e das águas da porção austral da Comarca do Rio das Mortes na Capitania de Minas. Português, minhoto, barquense (1685-1746) e, tal como muitos outros licenciados em Direito, cumpriu parte do seu percurso na magistratura nos territórios do Império. Foi Juiz dos Órfãos em Salvador (1728-1733), Ouvidor em Sergipe d'El Rei (1732) e Ouvidor na Comarca de Rio das Mortes (1733-1738), tendo regressado ao Reino, onde faleceu. No desempenho de uma de suas atribuições a de desvelar minas com exploração aurífera encobertas, descobriu as Minas do Rio Verde e Rio Sapucaí e também fundou o Arraial de São Cypriano, território que hoje corresponde à região denominada Sul de Minas.

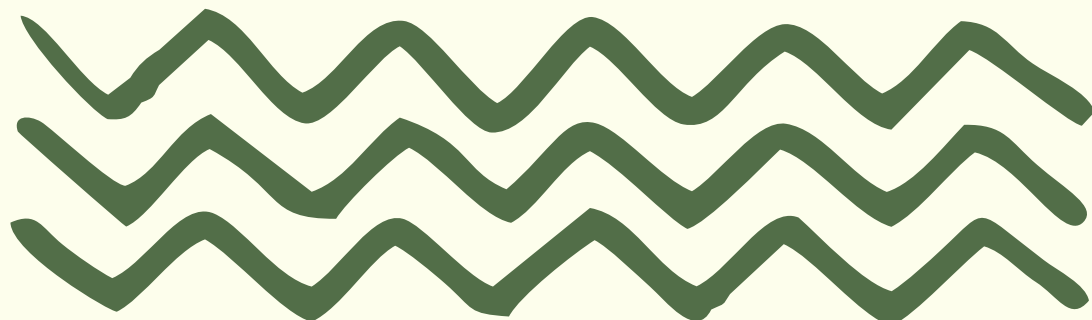
Figura 1: Antonio Andresen Guimarães, biógrafo e hexaneto do ouvidor Cipriano.

Figura 2: Capa do livro sobre a biografia de Cipriano José da Rocha.

População presente na região em 1737

Além das autoridades citadas, muitos outros personagens mencionados na carta merecem ser objetos de atenção pelo seu perfil, condição social ou por quaisquer outras circunstâncias. Variados colaboradores da diligência são elencados ao longo do texto das cartas, como é o caso do capitão-mor de Aiuruoca e seus oficiais, Outros ainda estavam presentes na região, há que se lembrar as observações da historiadora

Laura de Mello e Souza, em que a autora aponta para o início turbulento do povoamento da região das Minas com os embates entre colonizados e colonizadores, a presença dos mais variados segmentos sociais que nas cartas são mencionados de forma recorrente em todas as cartas, muitas vezes mencionados como criminosos por explorarem a minração sem controle por parte do governo. Também estão presentes nas referidas minas um expressivo contingente de africanos e afrodescendentes. E como personagens ausentes estão povos originários denominados Cataguás (ou Catiguás), os ocupantes dos descobertos dos rios Verde e Sapucaí.



Capa do Ensaio biográfico Cipriano, de Antonio Andresen Guimaraes.



A CARTA DE CIPRIANO: TEMPORALIDADE

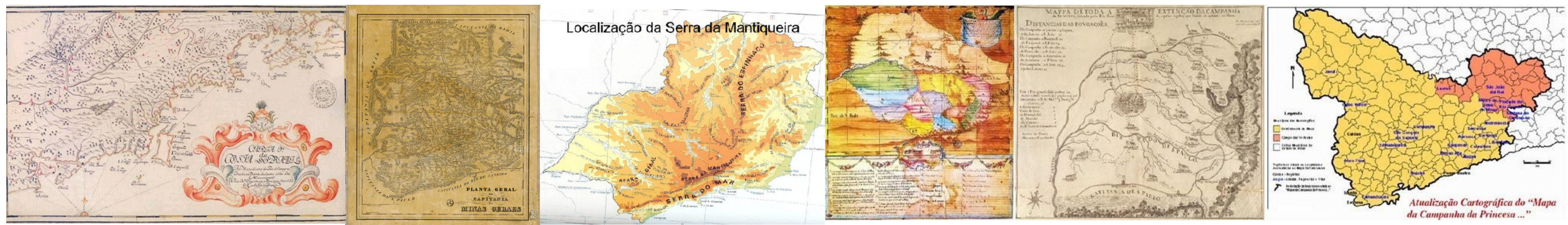


Levando em consideração os contextos históricos, político-administrativo, econômico, social, cultural e espacial entre Península Ibérica e América Portuguesa (capitania das Minas), esboçamos o recorte temporal das cartas - 1737/1738 - próximo ao fim do reinado de Dom João V em 1750 e da futura assinatura do Tratado de Madri, assinado por Portugal e Espanha definindo as fronteiras entre as posses da América. A recém-estabelecida Capitania de Minas Gerais, a 2 de dezembro de 1720, que era uma área visitada desde meados do século XVI por bandeiras de preação e prospecção mineral, vê a questão das suas divisas se tornar cada vez mais relevante. Em fins da década de 1730, o então ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, Cipriano José da Rocha, conforme uma ordem de Martinho de Mendonça, então governador interino de Minas Gerais, rumou para as regiões do rio Verde e do rio Sapucaí com o propósito de assegurar a posse da região, além de avançar léguas adentro nos sertões a fim de alargar as fronteiras.



A CARTA DE CIPRIANO: ESPACIALIDADE

“Estão estas minas em uns bem dilatados campos que os fendem vários corgos e ribeiros [...] Compreende o descoberto mais de 20 léguas, fundei um Arraial em forma de Vila, a que se deu o nome de S. Cypriano [...] tem o Arraial a comodidade de 4 rios abundantíssimos de muito bom peixe, que são Palmela, Lambari, rio Verde que tem ouro de conta pela experiencia que nele se fiz e o rio Sopocahy, que fiz descobrir por aquela parte só conhecida pela tradição dos antigos Paulistas; muito maior que o Tejo adonde fui pessoalmente e me dilatei 15 dias em suas margens [...]” (ROCHA, 1737, Quinta Carta, fls. 2 e 3)



Mosaico cartográfico de mapas da Capitania de Minas, Comarca do Rio das Mortes e Sul de Minas.

Mantiqueira e Grande

Paisagens descritas na carta do ouvidor
Cipriano



Johhan Moritz Rugendas. “Forêt Vierge Près Manqueritipa”. Gravura do livro “Malerische Reise in Brasilien” (Viagem Pitoresca através do Brasil). Publicado em 1835 em Paris.
Vista a partir do Pico de Itapeva na Serra da Mantiqueira.

Mantiqueira e Grande

Serras e rios que compõem as paisagens sul-mineiras



Cipriano cita nominalmente em suas Cartas: Aiuruoca, Capivari, Baependi, Lambari, dentre outras serras e rios. E todos sabemos que o Morro do Cachumbu ou Caxambu foi o marco dos Paulistas da Vila de Guaratinguetá, antes da diligência empreendida pelo ouvidor. Antes dele chegar aos Sertões da Mantiqueira e à Confluência do Verde com o Sapucaí, ele fez a famosa "Parada no Capivari, na Guarda do Capivari", que entrou para a memória regional sul-mineira como a “Parada do Ouvidor”. Local onde ele buscou reforços para sua missão, mais homens e mais cavalos que adentrariam nos sertões e navegariam nos rios até então desconhecidos pelos Mineiros. Uma missão que deveria retirar o véu, a cobertura das ainda desconhecidas Minas auríferas, daí a expressão descobridor, conforme o setecentista Vocabulário, de Rafael Bluteau, que é, ao mesmo tempo, um dicionário de língua portuguesa e enciclopédico. Além da missão de alargar as fronteiras da América Portuguesa, em relação à América Espanhola.

Pontalete, Confluência do Rio Verde com Sapucaí em Três Pontas, MG.
Rio Verde em São Lourenço, MG.

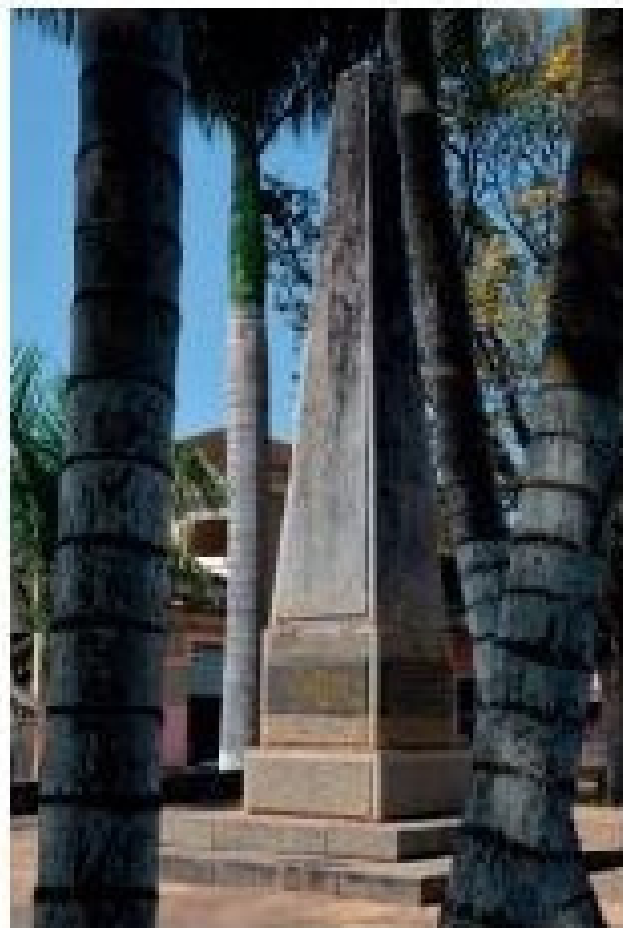
A CARTA DE CIPRIANO: AÇÕES

No tocante à exploração mineral nas Minas cabia aos ouvidores obter informação exata dos sítios com notícias, ou indícios de descobertas de novas minas de ouro, a denominada pinta e com mineiros experimentados traçar um plano.[...]

As ações do Ouvidor Cipriano ao descobrir as Minas do rio Verde e do rio Sapucaí, conferindo-lhes caráter oficial ao fundar o arraial de São Cipriano. Na confluência desses mesmos dois rios, endossa a posse sobre tal território para Portugal. E, com isso, já traceja pontilhados que rascunham um deslocamento para oeste da linha do Tratado de Tordesilhas. Lembrando que o pequeno curso d'água encontrado na dilatada Campanha, tão bem descrita por Cipriano, o Córrego (Corgo) Fundangombe: corre para o Ribeirão Santo Antônio, este deságua no Rio Palmela, que vai para o Rio Verde, afluente do Rio Grande, tributário do Rio Paraná, integrante da Bacia do Rio da Prata.
(SERRANO, 1997, p. 94)

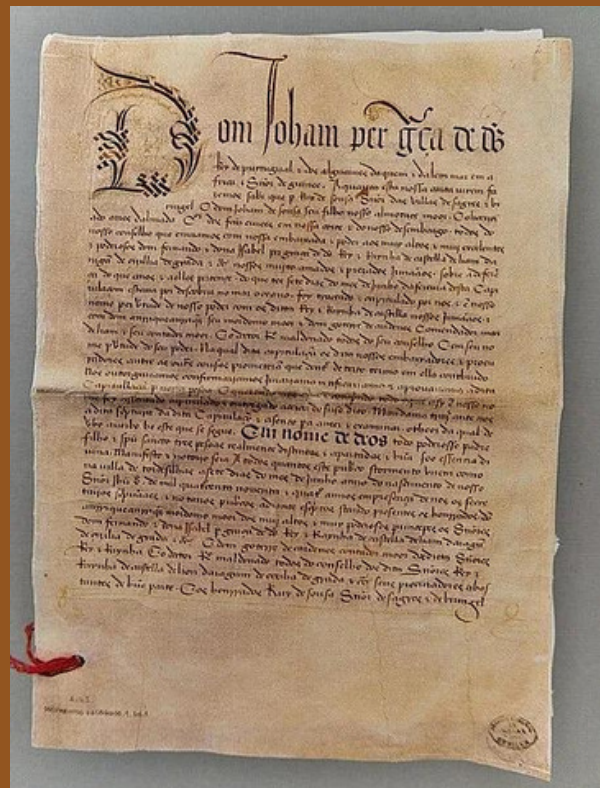
Na placa de um obelisco na região que corresponde ao Campo Maior, citado na 1ª Carta de Cipriano; há um registro das suas ações na diligência, em 1737.

34. Obelisco que celebra os 100 anos da fundação do Arraial de São Cipriano, na cidade de Campanha (fotografia do acervo pessoal da Prof.^a Betânia Guimarães)

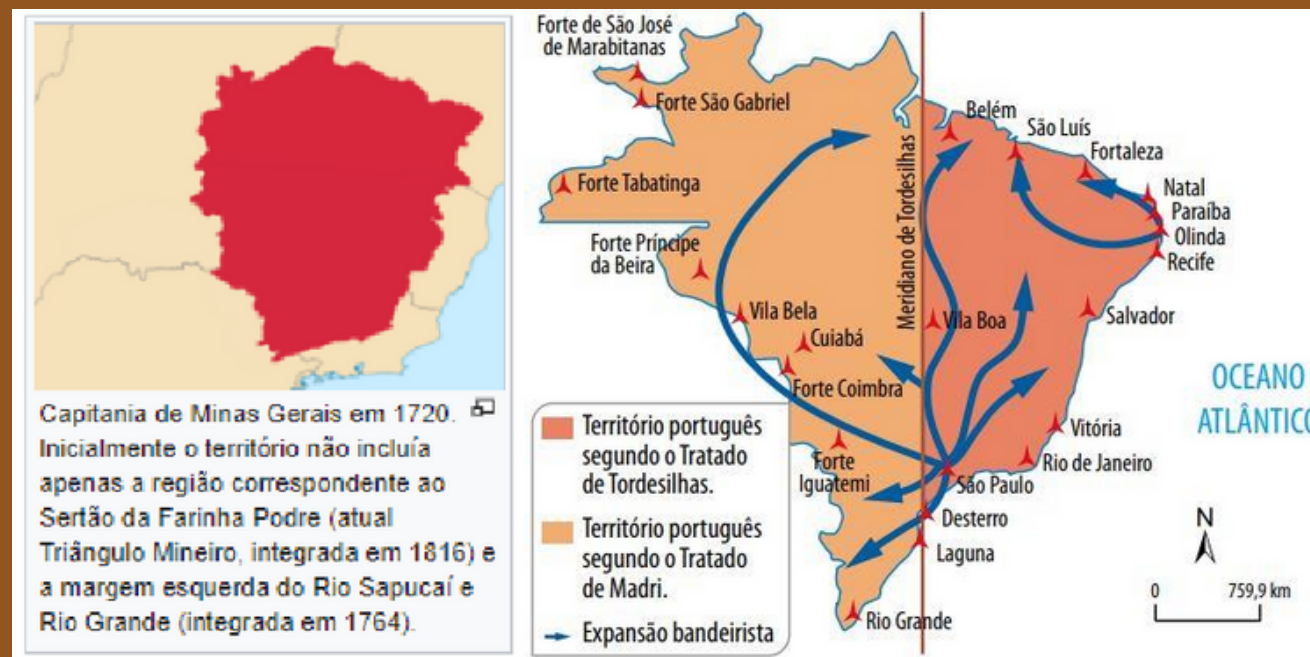


35. Placa no obelisco que celebra a fundação do Arraial de São Cipriano a 2 de outubro de 1737 inaugurado no bicentenário, sendo prefeito de Campanha o Dr. Manoel Alves Valladão (fotografia do acervo pessoal da Prof.^a Betânia Guimarães)

A CARTA DE CIPRIANO: MOTIVAÇÕES



Tratado de Tordesilhas, manuscrito.



Mapa da América do Sul em 1750.

As referidas cartas comparadas com os conceitos de territorialização, território, região e fronteira denotaram que a esquadrinhada diligência possuía motivações que iam muito além da mera averiguação da exploração aurífera clandestina, descobrimento das Minas, fundação de mais um Arraial, que o fundador já recomendava como ideal para a elevação como Vila.

O foco das averiguações da diligência de Cipriano nos sertões da serra da Mantiqueira e nos rios Verde e Sapucaí já vislumbravam uma das questões fulcrais sobre a qual se assentaria, poucos anos depois, o Tratado de Madri de 1750 em substituição ao Tratado de Tordesilhas de 1494.

Carta aos professores

Olá, professores!
Vamos entender o que é e como utilizar este Objeto de Aprendizagem em sala de aula?



Este OA é um conjunto de *slides*, que se propõem por meio de uma exposição virtual de excertos da fonte primária, carta de Cipriano, servir como subsídios para as aulas de História. Explore com os discentes cada detalhe deste trabalho e estimulem o olhar crítico sobre a História.

Nos próximos slides, vocês poderão conferir algumas sugestões de atividades para realizarem com os estudantes. Esperamos que gostem!



Vocês já pensaram em ensinar Paleografia para os estudantes?

É intenção no uso da carta de Cipriano em sala de aula, desenvolver a ideia de sujeito da História, das noções de identidade e pertencimento de cada estudante. E que ele passe a ter uma compreensão da relevância dos fatos históricos e seus registros, observando os contextos em que a Carta se insere, e também das noções de como e por que preservar os registros históricos. Emancipando assim, o saber do estudante ao colocá-lo em contato com a fonte e desafiá-lo, ao criar a sua própria transcrição do documento.

Por meio da leitura e interpretação da Carta, o estudante terá a oportunidade de conhecer e refletir de modo crítico sobre a História Regional, a História do Brasil no período Colonial, assim como, a História Ibérica na Modernidade. Sendo também, estimulado, a partir do entendimento do que é história local, pensar de modo crítico, dialógico e autônomo a historicidade que envolve o recorte a ser estudado.



Sessão de leitura paleográfica.

Propostas de Atividades



Três propostas serão apresentadas a seguir. Porém, espera-se que as propostas sejam multiplicadas a partir desses exemplos.



Atividade 1

1º Atividade: conhecer e compreender o que é um documento histórico;

2º Objetivo: a partir do reconhecimento do que é uma fonte primária e sua relevância enquanto um documento histórico, pensar os usos e funções do documento ao longo do tempo pelas sociedades estudadas; exercitar a compreensão da relação entre passado e presente;

3º Desenvolvimento da aula: apresentar o documento aos estudantes por meio de um equipamento digital, computador e/ou Datashow; expor a fonte para observação; promover uma discussão sobre o que observaram por meio de um questionamento referente às características físicas do papel e tinta, sua conservação e a diferença das formas de papel e caneta na atualidade; comparar as formas de se comunicar na época em relação aos dias atuais, e refletir sobre funções semelhantes ao do ouvidor e do conteúdo da carta; organizar uma forma de registrar as respostas dadas pelos estudantes; a partir do entendimento sobre as alterações causadas no papel e tinta através do tempo, os estudantes deverão simular um documento histórico que sofreu uma degradação em seu processo de conservação.

4º Avaliação: Observar e registrar quais as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no que se refere à capacidade de apreensão e compreensão da atividade proposta, levando em consideração o contexto em que o estudante está inserido. Entende-se, portanto, que essa proposta tem a finalidade de ser uma atividade de análise demonstrativa de uma fonte primária.

Atividade 2

1º Atividade: Lendo e escrevendo a Carta de Cipriano

2º Objetivo: a partir do acesso aos excertos da carta de Cipriano, promover a compreensão do conceito de leitura paleográfica, assim como partilhar informações sobre o trabalho e promover a execução de uma transcrição por parte dos alunos;

3º Desenvolvimento da aula: após o acesso aos excertos da Carta, o estudante, de modo individual ou em grupo, deverá observar o texto e criar um arquivo com sua própria transcrição. Ao final da atividade, as transcrições serão partilhadas com a sala e uma versão de comparação será lida pelo professor. Ao final, deverão discutir e analisar as particularidades em cada processo;

4º Avaliação: Analisar e registrar quais as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no que se refere à capacidade de leitura e compreensão do texto exposto; o quanto eles se sentiram instigados e protagonistas no processo de conhecimento da História. Assim como, a capacidade de interagir e atuar em equipe com a finalidade de compartilhar um conhecimento desenvolvido ao longo da atividade. A finalidade dessa avaliação é que o discente seja o protagonista do seu processo de aprendizagem.

Atividade 3

1º Atividade: Construindo um mini Glossário de História;

2º Objetivo: a partir do acesso aos slides, os alunos deverão organizar um mini glossário de História;

3º Desenvolvimento da aula: Os alunos deverão selecionar palavras ou conceitos descritos nos slides, organizar um mini-glossário de História. Podendo ampliar a partir das respostas iniciais o número de palavras e conceitos a comporem o trabalho.

4º Avaliação: Observar e registrar a noção de compreensão do que é e para que serve um glossário, assim como, a capacidade de organização, seleção e síntese dos alunos ao montar o glossário.

Considerações finais



Marco Divisório entre os estados de Minas Gerais e São Paulo, em Poços de Caldas, MG.

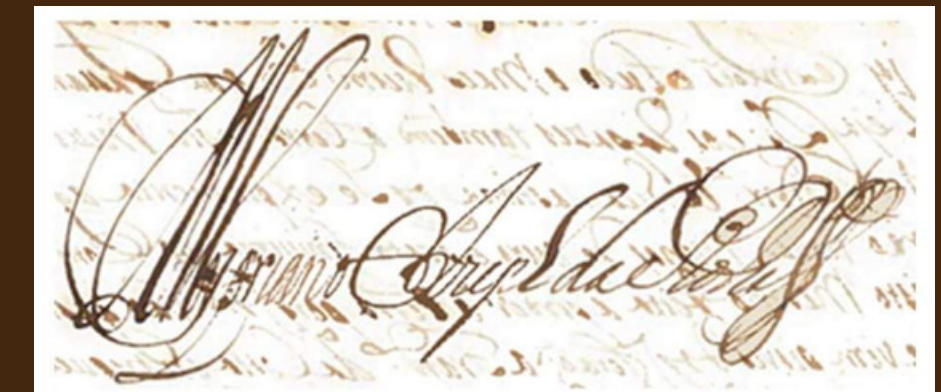
Os moradores do arraial seguiram solicitando à Coroa a criação de uma vila nessa porção austral da Comarca do Rio das Mortes, na Capitania de Minas. Apesar dos apelos contrários da Câmara de São João del-Rei, o Estado português elevou o arraial à vila de Campanha da Princesa em 20 de setembro de 1798. Na sequência, uma década e meia depois, esta mesma vila foi palco de sucessivos desmembramentos que delinearam a formação administrativa do que hoje conhecemos por Sul de Minas. A partir da nova vila da Campanha (que outrora fora arraial de São Cipriano) foram elevados à categoria de vila com as respectivas denominações de vila: - Santa Maria de Baependi e São Carlos do Jacuí, ambas pelo alvará de 19 de julho de 1814; - Pouso Alegre, pelo decreto de 13 de outubro de 1831; - Boa Vista de Itajubá, pela lei provincial nº 355, de 27 de setembro de 1848; - Rio Verde das Caldas, pela lei provincial nº 452, de 20 de outubro de 1849; - São Gonçalo do Sapucaí, pela lei provincial nº 2.454, de 19 de outubro de 1878; e - Três Corações do Rio Verde pela lei provincial nº 3.197, de 23 de setembro de 1884.

O presente trabalho não tem a pretensão de esgotar o tema e as possibilidades de uso de fontes primárias em sala de aula. Mas sim, partilhar experiências e contribuir para reflexões acerca do ofício de historiador e do professor-pesquisador. Assim como, repensar o lugar do estudante enquanto sujeito da História.

Priscila Moraes. 2024.



Assinatura do ouvidor Cypriano Joseph da Rocha.



Referência

*MORAES, Priscila D.
CARTA DE CIPRIANO:
TERRITORIALIZAÇÃO DO
SUL DE MINAS. 2024.*

